



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 3785/1999</b>		
Ementa <b>DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DA TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DO ANO 2.000, INCIDENTES SOBRE IMÓVEIS RESIDENCIAIS, NAS CONDIÇÕES QUE INDICA.</b>		
Data da Norma <b>21/10/1999</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Histórico de Alterações	Norma Relacionada	Efeito da Norma Relacionada
Data da Norma 16/11/2023	<a href="#">Lei Complementar nº 103/2023</a>	Revogada pela



ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI Nº. 3.785 DE 21 DE OUTUBRO DE 1.999

“Dispõe sobre a concessão de isenção do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo, relativos ao exercício do ano 2.000, incidentes sobre imóveis residenciais, nas condições que indica.”

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica isento do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo, relativos ao exercício do ano 2.000, o contribuinte que possua:

I - imóvel exclusivamente residencial, com área total construída de até 60,00m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) sobre terreno com até 250,00m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área; e

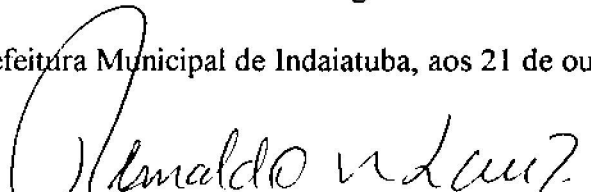
II - apartamento residencial popular, edificado por órgão público, quando a unidade autônoma tenha área igual ou inferior a 60,00m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados).

Parágrafo Único - A isenção prevista neste artigo beneficiará exclusivamente o contribuinte que possua um único imóvel no Município.

Art. 2º - Para gozar do benefício previsto nesta lei o contribuinte deverá preencher e assinar requerimento padrão que será fornecido pela Prefeitura Municipal, e protocolá-lo, sem o pagamento de qualquer tarifa, no Departamento de Rendas Imobiliárias, até o dia 12 de novembro de 1.999.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retro.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 21 de outubro de 1.999

  
**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**